



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA.

FACULDADE DE ITAITUBA- FAI

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MAYARA TAMIRES FERNANDES

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BASICA DO CAMPO: Percepção dos
professores da EMEF. Itapacurá Grande II, Comunidade monte Sião,
Itaituba - Pará**

Itaituba

2020

MAYARA TAMIRES FERNANDES

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO: Percepção dos
professores da EMEF. Itapacurá Grande II, Comunidade monte Sião,
Itaituba - Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade
de Itaituba – FAI, para obtenção do título de Licenciada
Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^aLucia Maria da Costa Cruz

Itaituba

2020

FERNANDES, Mayara Tamires.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BASICA DO CAMPO: Percepção dos professores da EMEF. Itapacurá Grande II, Comunidade monte Sião, Itaituba – Pará; FAI, 2020.

51 fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba- FAI, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba- Pará- BR-PA, 2020

Orientadora: Prof.^a Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

1. Pedagogia. 2. Educação. I.CRUIZ, Lúcia Maria da Costa. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2020.

MAYARA TAMIRES FERNANDES

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO: Percepção dos
professores da EMEF. Itapacurá Grande II, Comunidade monte Sião,
Itaituba - Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade
de Itaituba – FAI, para obtenção do título de Licenciado
Pleno em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Lucia Maria Costa Cruz

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof.^a. Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

Orientadora: _____ Nota: _____
Prof.^a.Margaret Ferreira de Aguiar, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a.Raquel Peres Rocha, Ma.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba, 18 de Fevereiro de 2020.

*À minha mãe, por ter me criado no caminho
da retidão, me encorajado, me apoiado e me
amado a vida toda.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pois nada acontece se não for de sua vontade.

À minha família, que independente de qualquer situação, sempre esteve e estará ao meu lado;

Aos meus amigos da vida, Tarcísia Ramalho da Silva, Eysimar Vieira Catunda, Lourdes Moreira de Freitas, e em especial, Plácido Rubens Savelis dos Santos, pelo incentivo, distração, ajuda e principalmente pelo amor que têm por mim;

Aos professores do curso que contribuíram com meu desenvolvimento e crescimento intelectual, em especial, minha orientadora, Lucia Maria da Costa Cruz por sua dedicação e profissionalismo;

À Faculdade de Itaituba por me conceder a honra de estudar nessa instituição através de uma bolsa integral do PROUNI e assim realizar esse sonho de ter uma graduação.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo ”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo analisa o olhar de professoras das séries iniciais e anos finais do ensino fundamental, com relação as dificuldades encontradas na educação básica do campo. Assim desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica para embasamento teórico como Saviani (1999), Gonçalves (2009), Braz (2008), Ghedin (2012), Arroyo (2011) e uma investigação de campo com abordagem qualitativa na EMEF Itapacurá Grande II, localizada na Comunidade Monte Sião, município de Itaituba – Pará, no período da segunda quinzena de novembro de 2019. Foram entrevistados duas professoras que trabalham com vínculo temporário na instituição de ensino onde ocorreu a pesquisa, através de questionários para perguntas individuais. Para tanto, foi direcionado por questões tais como: Quais as dificuldades mais comuns no ensino do campo? Como adaptar o currículo e metodologias da cidade para o ensino aprendizagem do aluno do campo? Quais os desafios enfrentados por falta de políticas para a educação do campo? Sobretudo, objetivou-se analisar os desafios das docentes no âmbito da educação rural, especificamente numa localidade de difícil acesso e com problemas sociais bem visíveis. Para se chegar aos resultados foi necessária a coleta e análises de dados para discussão e comentários, assim como também foi preciso sugerir propostas de interveniências para favorecer tanto o educador, quanto o educando, pois as duas partes são afetadas com os problemas listados neste estudo. Por fim, a conclusão de todo o estudo, onde contatou-se que as dificuldades realmente existem e que não afetam somente os professores, e sim, todos que participam do processo de ensino aprendizagem seja direta ou indiretamente como alunos e até mesmo a comunidade em que a escola está inserida. Assim, é notório que tais dificuldades não podem ser resolvidas somente pelos professores e alunos, trata-se de um problema com causas históricas e que necessitam de um olhar mais amplo das esferas públicas com programas específicos para atender o povo do campo.

Palavras-chave: Campo, Aprendizagem, Desafios

ABSTRACT

The present study analyzes the views of teachers in the early grades and final years of elementary school, in relation to the difficulties encountered in basic education in the field. Thus, a bibliographic research was developed for theoretical support such as Saviani (1999), Gonçalves (2009), Braz (2008), Ghedin (2012), Arroyo (2011) and a field investigation with a qualitative approach at EMEF Itapacurá Grande II, located in the Monte Sião Community, municipality of Itaituba - Pará, during the second half of November 2019. Two teachers who work on a temporary basis at the educational institution where the research took place were interviewed, using questionnaires for individual questions. Therefore, it was directed by questions such as: What are the most common difficulties in teaching the field? How to adapt the curriculum and methodologies of the city to the teaching and learning of rural students? What are the challenges faced by the lack of policies for rural education? Above all, the objective was to analyze the challenges of teachers in the field of rural education, specifically in a location with difficult access and with clearly visible social problems. In order to arrive at the results, it was necessary to collect and analyze data for discussion and comments, as well as to suggest proposals for interventions to favor both the educator and the student, as both parties are affected by the problems listed in this study. Finally, the conclusion of the whole study, where it was found that the difficulties really exist and that they do not affect only the teachers, but yes, everyone who participates in the teaching-learning process, whether directly or indirectly as students and even the community in that the school is inserted. Thus, it is well known that such difficulties cannot be solved only by teachers and students, it is a problem with historical causes and that need a broader view of the public spheres with specific programs to serve the people of the countryside.

KEYWORD: Field, Learning, Challenges

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Quais são as dificuldades que incidem na educação do campo?	36
QUADRO 02	Quais são os benefícios desta modalidade para sua comunidade?	37
QUADRO 03	Nesta escola existem turmas multisseriadas: como funcionam?	38
QUADRO 04	Quais metodologias são utilizadas para o ensino do aluno do campo?	38
QUADRO 05	Como é planejada a adaptação curricular em sua escola?....	39
QUADRO 06	Trace o perfil do aluno do campo.....	40
QUADRO 07	Os pais contribuem para a educação de seus filhos?Fale sobre	41
QUADRO 08	A escola desenvolve atividades coletivas para socialização dos alunos? Como ?	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	14
1.1 POLITICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO DO CAMPO	14
1.2 ESTRUTURA DA ESCOLA DO CAMPO	17
1.3 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	21
2 ESCOLAS DO CAMPO: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES	25
2.1 EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	25
2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA DA ZONA RURAL	27
2.3 DIFICULDADES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	30
3 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO EM CLASSES	34
MULTISSERIADAS: PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DA EMEF.	
ITAPACURA GRANDE II, COMUNIDADE MONTE SIÃO EM ITAITUBA –	
PARÁ.....	
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	34
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS	35
3.4 RESULTADO DA PESQUISA COM OS PROFESSORES	35
3.5 PROPOSTAS INTERVENIENTES	42
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

Atualmente, falar sobre Educação do Campo no Brasil, ainda levanta muitas dúvidas, pois trata-se de uma modalidade que incide em muitas dificuldades para sua realização, por se tratar de ocorrer em abrangência nacional, e envolver muitas peculiaridades no que diz respeito aos povos aos quais deve ser oferecida. Assim, entendendo-se que as dificuldades enfrentadas na referida modalidade é uma questão que merece uma reflexão, este trabalho visa analisar as dificuldades na educação básica do campo, partindo de algumas considerações conceituais, assim como de algumas formas de expressão destas e de suas principais causas.

Para ser concretizado, foi necessário uma pesquisa bibliográfica com reflexões baseadas em teóricos como Saviani (1999), Gonçalves (2009), Braz (2008), Ghedin (2012), Arroyo (2011) e uma investigação de campo com abordagem qualitativa na EMEF Itapacurá Grande II, localizada na Comunidade Monte Sião, município de Itaituba – Pará, no período da segunda quinzena de novembro de 2019. Os objetos de pesquisa foram os professores da instituição, cujo método consistiu em entrevistas através de questionários devidamente elaborados para investigações individuais.

Objetivou-se analisar os desafios enfrentados pelos professores no ensino do campo, além de identificar possíveis situações que causam os principais desafios e refletir sobre possíveis soluções que possam amenizar os problemas vivenciados pelos professores.

Para tanto, sugeriu-se questões para direcionar o trabalho, tais como: Quais as dificuldades mais comuns no ensino do campo? Como adaptar o currículo e metodologias da cidade para o ensino aprendizagem do aluno do campo? Quais os desafios enfrentados por falta de políticas públicas para a educação do campo? Com o propósito de se chegar aos resultados, ocorreu a coleta e análise dos dados, a discussão e comentários dos mesmos, as propostas de interveniências e a conclusão de todo o trabalho.

Neste sentido, a perspectiva de todos os esforços para a produção deste, baseou-se na vivência das professoras que se deslocam da zona urbana para a zona rural, sem nenhum treinamento específico para a educação do campo, da percepção dos professores quanto ao interesse do aluno de mudar de vida, da falta

de recurso da escola que tornam as aulas pouco atrativas e distantes da realidade do aluno. Assim, fazendo com que estes se sintam desrespeitados por ser do campo e perca o interesse pela escola, e também a observação das professoras a falta de participação da família no processo de ensino-aprendizagem.

Estruturado em três capítulos distintos, esta atividade apresenta em primeira parte, uma abordagem histórica sobre a Educação do Campo no Brasil, bem como a criação de políticas públicas, a estrutura das escolas rurais do Brasil e as bases legais que norteiam a referida modalidade.

O segundo capítulo ressalta os desafios vivenciados pelos professores, e por todos os envolvidos direta e indiretamente no ensino aprendizagem nas escolas do campo, ressaltando as práticas pedagógicas aplicadas na formação do docente e discente da zona rural, assim como uma distinção da chamada educação rural e educação do campo, enfatizando onde cada uma se diferencia da outra.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta o resultado da pesquisa na escola citada, com a caracterização da mesma, os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do trabalho, os perfis das professoras entrevistadas, a análise da pesquisa, as propostas de interveniências sugeridas, a fim de amenizar os eventos e a conclusão.

Ademais, constatou-se que as dificuldades estão presentes não só nesta instituição, mas no âmbito rural brasileiro em geral e que necessita-se de mais políticas públicas específicas para despertar mais interesse do educando, assim como do educador que a partir do momento que se desloca para a comunidade, passa a fazer também parte desse contexto e deve se solidarizar com os saberes e fazeres do homem do campo.

1. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

1.1. POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O CAMPO

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo de ser educação no sentido amplo no processo de formação humana, que constrói referências culturais, e políticas para intervenção dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz. Arroyo (2004:23). Segundo o autor capacitando cidadãos para uma sociedade melhor.

Borges (2012:94) afirma que no campo, surgiu um movimento denominado Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra (MST), fundado em 1984, ligado a Comissão Pastoral da Terra, no Rio Grande do Sul. Conforme é apontado pela autora o MST é um movimento que luta pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa sem que o povo do campo seja explorado.

Conforme Matos (2003), a base filosófica e ideológica do MST é explicitamente socialista. Esse movimento potencializou a luta contra a Alca, contra os alimentos transgênicos, pela libertação da Palestina e mobilizou e mobiliza pelas liberdades democráticas, por justiça social, por educação pública de qualidade e pela cidadania.

Nesse sentido fica demonstrado que esse movimento surgiu para reivindicar os direitos trabalhistas e atender as necessidades básicas da população, visando uma educação rural de qualidade, ou seja, uma educação voltada a realidade e ao desenvolvimento sociocultural e econômico, atendendo as suas diferenças históricas e culturais e melhores condições de vida no campo.

... o movimento da educação do campo foi o de uma articulação políticas de organizações e entidades para denunciar a por políticas públicas de educação no e do campo, e para mobilização popular em torno de outro projeto de desenvolvimento. Ao mesmo tempo tem sido um movimento de reflexão pedagógica das experiências de resistências camponesas, constituindo a expressão, e aos poucos o conceito de educação do campo (MOLINA, 2004, p.19)

De acordo com a autora esses movimentos foram uma forma de lutar, garantir e assegurar o acesso a educação para todas as pessoas que vivem no meio rural, pois sabe-se que todas as pessoas que trabalham e habitam no campo tem o direito a educação.

Também Caldart (2004:25-6), afirma que "... povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do: o povo tem direito a uma participação pensada desde o seu lugar

e com sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais...” Nesse sentido fica demonstrado que o povo que vive no campo tem direito a uma educação pensada e aculturada a sua realidade, ou seja, de acordo com sua cultura e seu modo de viver sem precisar necessariamente sair de seus locais para estudar na zona urbana.

O movimento por uma educação do campo nasceu para denunciar esse silenciamento e esquecimento por parte dos órgãos governamentais, dos núcleos de financiamento, questões e estímulo a pesquisa, dos centros de pós-graduação e dos estudiosos das educacionais. Arroyo (2002:8).

Portanto, os movimentos foram uma forma que seus sujeitos lutaram desde o começo para que essa educação acontecesse, a educação do campo é uma modalidade de ensino que vem sendo esquecida pelos líderes de governo, pois os mesmos não estão atendendo a necessidade adquirida para proporcionar aos educandos um ensino aprendizagem de qualidade. Também Caldart (2007:72) afirma que “... a educação do campo nasceu também a educação centrada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colocasse a sua realidade, de relações sociais concretas de vida acontecendo em sua necessária complexidade”.

Verifica-se que as diversas entidades dos movimentos lutaram por uma educação diferenciada, ou seja, uma educação com identidade própria adequada a realidade das pessoas que vivem no meio rural, pois as mesmas tem sua cultura seu modo de viver e de trabalhar.

Caldart (2004:155) afirma que “a educação do campo é intencionalidade de educar e reeducar o povo que vive no campo, na sabedoria de se ver como “guardião da terra e não apenas como seu proprietário ou quem trabalha nela”. Conforme é apontada pela autora a educação d campo tem como objetivo educar o povo que vive no meio rural, respeitando sua cultura, seu modo de viver, de pensar e agir, fazer com que os mesmos se tornem cidadãos críticos e preparados para o mercado de trabalho e que ambos possam desenvolver suas habilidades dentro do próprio meio rural.

Conforme Arroyo (2004) a escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidade da criança, adolescente, jovens e adultos. Conforme o autor a escola tem um papel fundamental, pois a mesma tem a responsabilidade de desenvolver o conhecimento do educando, preparar os mesmos para o mercado de trabalho, fazer com que o educando participe do seu grupo

apropriando-se de valores, crenças e conhecimentos, formando cidadãos formadores de opiniões.

... a educação do campo nasceu como mobilização/ pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem terra pela implantação de escolas publicas nas áreas de reforma agraria com as lutas e resistências de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas experiências de educação, seus territórios e sua identidade CALDART, 2008, p.71).

Verifica-se que história da educação do campo surgiu da luta de homens e mulheres que não aceitam a exclusão, e passa a lutar pelo seu lugar social e por uma educação que considere sua realidade, pois as pessoas que vivem na zona rural tem um modo de viver diferenciado das que vivem na zona urbana.

Segundo Lopes (200:19), “...é a educação que mantém viva a memoria de um povo e dá condições para sua sobrevivência, para transformação do mundo natural, social e de si mesmo.” Conforme é apontado pelo autor a educação é importante na vida dos seres humanos, pois a mesma vem aprimorar o conhecimento das pessoas fazendo com que se torne cidadãos críticos e preparados para estarem no meio social, como também pra o mercado de trabalho.

De acordo com Arroyo (2004:13) é preciso educar para um modelo de agricultura que inclua os excluídos, que amplia os postos de trabalho, que aumenta as oportunidades do desenvolvimento das pessoas e das comunidades e que avança na produção e na produtividade centrada de uma vida mais digna para todos e respeitadora dos limites da natureza. Nesse sentido fica demonstrado que a educação deve ter um modelo de ensino voltada para as pessoas que estão inseridas no meio rural, fazendo com que as mesmas desenvolvam seus conhecimentos e suas produções.

Caldart (2004:74) afirma que quando situamos a escola no horizonte do direito, temos que lembrar que o direito representam sujeitos, sujeitos de direito, não de direito abstratos, que a escola, a educação básica tem de se propor tratar bem o homem, a mulher, a criança e o jovem do campo como sujeitos de direitos.

Nesse sentido fica demonstrado que a educação do campo desde o inicio da sua historia, grandes entidades vem lutando em busca de conquistar o seu espaço no meio social como de fato, e de direito, sabe-se que ate hoje em alguns casos a educação tem sido menosprezada por parte dos governantes, os direitos e valores da educação do meio rural tem se tornado distante, pois na realidade fica a desejar.

1.2. ESTRUTURA DA ESCOLA DO CAMPO

Segundo o Decreto N 7.352, de 04 de Novembro de 2010, a Educação do Campo é uma modalidade de ensino criada para atender as populações do campo, estas entendidas por: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados de reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos das florestas, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (BRASIL, 2010)

Conforme Fernandes (2004:101) uma escola do campo não é afinal um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura e seu jeito.

Verifica-se que a escola do campo deve incorporar em suas práticas educacionais atividades que esteja de acordo com a cultura, sempre respeitando os saberes dos educandos, pois os mesmos não vêm pra escola vazio, trabalhar com contexto e com a cultura.

Conforme é apontado pelo autor, o homem do campo era visto apenas como pessoa que tinha o direito de aprender apenas o trabalho braçal para sobreviver, mas que na verdade ele tem o mesmo direito das pessoas que vivem no meio urbano tem, se desenvolver intelectualmente, profissionalmente, e ter seus direitos de forma igualitária no meio da sociedade.

De acordo com Fernandes e Molina (2004:61), “o conceito histórico de educação rural sempre esteve associada a educação precária e atrasada, com pouca qualidade e pouco recurso”. Nesse sentido fica demonstrado que a educação rural na realidade deixa muito a desejar, pois em alguns lugares os educandos não tem um lugar adequado para estudar, há falta de materiais pedagógicos, pouca qualificação dos educadores e práticas pedagógicas fora da realidade do campo.

Caldart (2002:36) defende e insiste na necessidade de políticas e projetos de formação de educadores e educadores do campo. Para a autora as políticas e projetos são de suma importância, pois é uma forma de garantir aos educandos e educadores uma educação e formação de qualidade, ou seja, pensar em uma educação voltada para a classe trabalhadora do campo, preparar os professores a realidade do meio rural. Ademais, “Herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se a condições de seu contexto, respondendo a seus desafios,

objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo da história e da cultura” (FREIRE, 1992:49).

Dessa forma, pode-se afirmar que se respeitado o contexto no qual o educando está inserido, levando também em conta seu conhecimento empírico é possível se pensar numa educação rural não só voltada para o trabalho mas sim para o desenvolvimento sócio intelectual e cultural do indivíduo que participa do processo educativo, possibilitando ao mesmo o desenvolvimento do senso crítico e autonomia no que diz respeito a busca pela garantia de que seus direitos serão de fato assegurados.

Borges (2012:103) afirma que a luta por políticas públicas significa a garantia ao direito assegurando o acesso universal à educação, no caso da educação do campo que seja no e do campo. De acordo com o autor as políticas públicas são projetos do governo em prol da educação do campo, ou seja, é uma forma de melhorar as condições educacionais e garantir uma educação de qualidade de acordo com a realidade das pessoas que vivem no meio rural.

De acordo com Borges (2012:101) os movimentos sociais, particularmente o MST, passaram a discutir e a cobrar do governo (na época FHC e depois com o governo Lula) políticas específicas para atender ao segmento do campo e a sua realidade. Conforme é apontada pelo autor a educação rural só se tornou legal através dos movimentos que exigiam o direito a população do campo ao acesso a educação, só então a partir da organização desses movimentos algumas políticas públicas começaram a ser reformuladas e implementadas.

Tavares e Borges (2012:320) afirmam que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) é um programa de educação de trabalhadores das áreas de assentamento de reforma agrária, assumido pelo governo federal, com instituições de ensino, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, governos estaduais e municipais.

Verifica-se que o Pronea é uma modalidade de ensino que foi criado pelo governo federal em parceria com o INCRA, para a população do campo, que por algum motivo não tiveram a oportunidade de ser alfabetizado, o mesmo tem como objetivo garantir a alfabetização dos mesmos.

Conforme Vilhena e Mourão (2012:203) como marco dessa luta tem-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea),

Implantado em 1998. Conforme é apontado pelo autor é um programa de educação diferenciado, ou seja, específico para a população do meio rural, pois o

mesmo veio minimizar a desigualdade social a garantir uma educação de qualidade a população rural. Caldart apud Faccio (2012:203) afirma que é necessário que os currículos sejam adaptados à realidade das populações camponesas.

Verifica-se que os movimentos sociais realizados é uma forma de denunciar a exclusão e garantir o direito ao acesso a educação do campo para as pessoas que estão inseridas no meio rural, é uma forma de cobrar do governo políticas voltada para atender as necessidades do campo de acordo com sua realidade. Para Horta (1983), o que vem pautando as políticas públicas na área de educação em nosso país é:

“... uma concepção “liberal” de formulação de políticas educacionais parte da ideia que os rumos da sociedade são definidos com base em “interesses coletivos” e que as escolhas fundamentais relacionadas com a educação são também feitas em nome de “todos” através de um processo democrático”. (HORTA, 1983, p.237)

Conforme é apontado pelo autor as políticas públicas se tornam distante da realidade do campo, os projetos do governo federal e estadual ainda deixam a desejar, pois eles não veem o meio rural com uma visão primária, os projetos que eles fazem são coletivos, ou seja, globalizando a todos não atendem as necessidades do campo, pois a sua realidade é diferenciada do meio urbano.

O que aconteceu foi uma redução no investimento da educação dos trabalhadores do campo e a substituição das escolas/classes multisseriadas pelo transporte escolar, de condição precária, trafegando em estradas mal conservadas. Dai conclui-se que esse processo teve como motivador central o financiamento da educação, desconsiderando as questões pedagógicas, sociais e culturais, sobretudo, reafirmando os interesses do capital na gestão da educação pública brasileira, sob as falhadas reformas neoliberais.

Neste aspecto, destaca-se que foi no bojo das reformas neoliberais que o Brasil em 1997, seguindo orientação do Banco Mundial, implementou o Programa Escola Ativa para a formação dos professores de escolas multisseriadas do campo como destaca Gonçalves:

“O Programa Escola Ativa (PEA) foi implementado no Brasil a partir de 1997, no marco de um convenio com o Banco Mundial (BM), com o objetivo de melhorar o rendimento dos alunos de classes multisseriadas rurais. Para tanto focalizava dois vértices; a formação de professores e a melhoria da infraestrutura das escolas. Foi elaborado a partir das experiências do Programa Escuela Nueva (PEN), desenvolvida na Colômbia na década de 80 do século anterior. Ao longo dos anos 1990, o PEN constituía-se como um modelo para a educação no meio rural.”(GONÇALVES, 2009, p. 38).

Gonçalves (2009), afirma que o programa constituiu-se como um pacote educacional para a formação de professores, executado inicialmente no Nordeste brasileiro e, com o tempo se estendendo para todo o território brasileiro. Em 1998 o programa passou a ser apoiado pelo Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA). Segundo dados da secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2008), em 2007 o programa já estava sendo realizado nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste em mais de dez mil escolas.

Por suas características há clara e direta associação as políticas neoliberais adotadas no Brasil a partir dos anos 1990. Desde o financiamento por agencias multilaterais, ate as questões de ordem pedagógica, que trazem a perspectiva do aprender a aprender para o ensino nas escolas/classes multisseriadas do campo, o Escola Ativa configura-se como um contraponto ao que os movimentos sociais do campo vem produzindo no sentido da educação do campo, como afirma Ribeiro (2011), Em sua continuidade, sobretudo após 2007, houve modificações no programa, após diversas criticas, como afirmam Goncalves, Antunes Rocha e Ribeiro (2010, p. 51).

Em 2008, com o término do Fundescola, o PEA é transferido para a recém criada Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), localizada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Nesse espaço o PEA encontra-se diante da necessidade de rever sua trajetória como pacote educacional. A CGEC foi criada a partir da luta de movimentos sociais, universidades, organizações não governamentais e religiosas no contexto da Articulação Por Uma Educação do Campo. A Articulação estava enraizada em uma proposta politico pedagógica construída por meio de diálogo com os sujeitos envolvidos na luta pelos direitos fundamentais de ampliação do acesso, da permanência e do direito á escola pública de qualidade no campo. (GONÇALVES, 2010, p. 51)

Quando PEA foi realocado institucionalmente na SECAD/CGEC, passou-se por um processo de reestruturação, tencionado em grande medida pelos movimentos sociais do campo e instituições que historicamente constituíram a educação do campo. Essas tensões fizeram com que houvesse a ampliação do programa para todas as regiões do país.

Ainda que não tivessem ocorrido alterações significativas no escopo teórico-metodológico do PEA, abriram-se possibilidades na medida em que as universidades passaram a elaborar os projetos de formação de professores no âmbito de seus estados, direcionando-os em conformidade com os princípios assumidos pela instituição.

1.3 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Atualmente pouca coisa se sabe sobre a educação do campo, quando se diz respeito as suas políticas e bases legais, muito se progrediu nesse sentido desde as primeiras constituições implementadas no Brasil, já se discutia essa temática, de forma bem vaga e indireta, no entanto, somente a partir da Constituição de 1988 foi que a legislação brasileira relativa a educação passou a contemplar as especificidades das populações identificadas com o campo.

Assim, antes disso, a educação para essas populações foi mencionada apenas para propor uma educação instrumental, assistencialista ou de ordenamento social. O termo assistencialismo é aqui utilizado em contraponto a assistência social. Segundo Marcos Rolim:

Na assistência social, procura-se garantir aqueles que se encontram em situação de fragilidade as condições para que alcancem seus direitos, a começar pelo direito ao amparo. Parte-se dos princípios que os segmentos desfavorecidos são igualmente titulares de direitos e que esses direitos lhes tem sido sonegados. '[... Já o assistencialismo, ao praticar atenção as populações desfavorecidas, oferece a própria atenção como uma 'ajuda', vale dizer: insinua, em uma relação pública, os parâmetros de retribuição de favor que caracterizam as relações na esfera privada. É pelo valor da 'gratidão' que os assistidos se vinculam ao titular das ações de caráter assistencialista. O que se perde aqui é a noção elementar de que tais populações possuem o direito ao amparo e que, portanto, toda iniciativa pública, voltada ao tema da assistência caracteriza dever do estado. (ROLIM, s/d, p. 13)

A Constituição Federal de 1934 foi a primeira a destinar recursos para a educação rural, atribuindo à União a responsabilidade pelo financiamento do ensino nessas áreas, mas as políticas públicas necessárias para o cumprimento dessa determinação nunca foram implementadas. A relação de submissão da educação as necessidades inerentes a industrialização foi afirmada na Constituição de 1937, a qual vinculou a educação ao mundo do trabalho, obrigando sindicatos e empresas privadas, inclusive rurais, a ofertarem o ensino técnico nas áreas a eles pertinentes, aos seus filiados, funcionários e aos filhos destes.

Diante disso, constava ainda a garantia de que o Estado contribuiria para o cumprimento dessa obrigação. No entanto, esse dispositivo nunca foi regulamentado, conforme exigia a Carta Constitucional e as ações não foram postas em prática.

A Constituição de 1946 conferiu a importância ao processo de descentralização do ensino, sem desresponsabilizar a União pelo atendimento escolar, vinculou recursos para as despesas com educação e assegurou a gratuidade do ensino primário. Entretanto, apesar de determinar o incremento do ensino na zona rural,

transferiu à empresa privada, inclusive as agrícolas, a responsabilidade pelo custeio desse incremento.

No que diz respeito a aprendizagem pelo trabalho, estabeleceu a obrigatoriedade das empresas industriais e comerciais em ministrarem a aprendizagem aos seus trabalhadores menores, mas deixou de fora as empresas agrícolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1961 (Lei n 4.024/61) revelava uma preocupação especial em promover a educação nas áreas rurais pra frear a onda migratória que levava um grande contingente populacional do campo para as cidades, gerando problemas habitacionais e estimulando o crescimento dos cinturões de pobreza hoje existente nos grandes centros urbanos.

Já a LDB de 1971 (Lei n 5.692/71), sancionada em pleno regime militar, fortaleceu a ascendência dos meios de produção sobre a educação escolar, colocando como função central da escola a formação para o mercado de trabalho, em detrimento da formação geral do indivíduo. Para Saviani (1999), “é possível perceber como a lei aprovada configurou, uma solução intermediária, entre os extremos representados pelo projeto original e pelo substitutivo Lacerda”. O autor se refere a uma comparação entre o projeto de 1948, o substitutivo Carlos Lacerda de 1958 e o texto de lei 4.024/61, tendo em vista a necessidade de se estabelecer um único ponto de vista ideológico sobre a questão educacional.

A educação para as regiões rurais foi alvo dessa mesma compreensão utilitarista ao ser colocada a serviço da produção agrícola. A Constituição de 1988 é um marco para a educação brasileira por que motivou uma ampla movimentação da sociedade em torno da garantia dos direitos sociais e políticos, dentre eles o acesso de todos os brasileiros a educação escolar como uma permissa básica de democracia.

Ao afirmar que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (Art. 208), ergueu os pilares jurídicos sobre os quais viria a ser edificada uma legislação educacional capaz de sustentar o cumprimento desse direito para o estado brasileiro.. Em relação a educação ela traz em seu Art. 206 alguns princípios a ser seguido:

O ensino será [...] com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e [...] instituições publicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais de ensino, garantido, [...] garantia de padrão de qualidade.(BRASIL, 1996)

No bojo desse entendimento, a educação escolar do campo passa a ser abordada como segmento específico, prenhe de implicações sociais e pedagógicas próprias. A LDB de 1996 reconhece, em seus arts. 3, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e a igualdade e a diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem.

Assim, romper com um projeto global de educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação rural para os pais, pode-se tornar meio complicado. É que a educação é direito de todos os cidadãos brasileiros e devem ser assistidos em uma escola de qualidade.

A ideia de mera adaptação é substituída pela adequação, o que significa levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os pro educação para manipular o comportamento da sociedade, afim de atender a interesses econômicos ou políticos, em geral restringindo a liberdade de expressão e o acesso a informação. Educação do campo 17 censos próprios de aprendizado do estudante e o que é específico do campo. Permite, ainda, a organização escolar própria, a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

Por meio da Emenda Constitucional n 14 e da Lei n 9,424/1996, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Esse fundo acelerou o processo de universalização do acesso ao ensino fundamental, redistribuindo recursos financeiros para o financiamento dessa modalidade de ensino em todo o país.

Esses recursos variam em função do número de alunos efetivamente matriculados em cada sistema de ensino, definindo valores diferenciados para as modalidades em que os gastos são maiores, o que beneficiou a educação nas escolas localizadas em zonas rurais, mas não o suficiente para reverter o quadro de abandono em que estas se encontravam. Contribuindo para a análise dessa política de financiamento focalizada. Braz (2008) ressalta que:

O financiamento da educação foi totalmente reorganizado por meio da Emenda Constitucional 14/96, que centrou recursos na universalização do Ensino Fundamental. Modificou os artigos 34, 208, 211 e 212 e deu nova redação ao art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, priorizando recursos para o Ensino Fundamental por meio da criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério – FUNDEF. (BRAZ, 2008, p. 69 - 70)

Em 2001, foi promulgado o Plano Nacional de Educação (Lei n 10,172/2001), o qual, embora estabeleça entre suas diretrizes o “tratamento diferenciado para a escola rural”, recomenda, numa clara alusão ao modelo urbano, a organização do ensino em séries, a extinção progressiva das escolas unidocentes e a universalização do transporte escolar. Observa-se que o legislador não levou em consideração o fato de que a unidocência em si não é o problema, mas sim a inadequação da estrutura física e a necessidade de formação docente especializada exigida por essa estratégia de ensino.

Por outro lado, a universalização do transporte escolar sem o necessário estabelecimento de critérios e princípios, gerou distorções, tais como: o fechamento de escolas localizadas nas áreas rurais e a transferência de seus alunos para escolas urbanas; o transporte de crianças e adolescentes em veículos inadequados e sucateados; e a necessidade de percorrer estradas não pavimentadas e perfazer trajetos extremamente longos. Egami (2008) destaca que:

Quando se consideram as dificuldades que moradores de áreas rurais têm em desfrutar os serviços (saúde, lazer, educação, bancário etc.) muitos deixam de procurar tais serviços, seja pela ausência do transporte, seja pela falta de recursos para pagar os custos de deslocamento. Dessa forma, gera-se uma população de excluídos que somente terá melhores condições de vida se for beneficiada por alguma política voltada para o transporte. (EGAMI, 2008, p.95)

Finalmente, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do campo, aprovadas também em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação, representam um importante marco para a educação do campo porque contemplam e refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais.

Portanto, dentre elas o reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas diferenciadas.

2. ESCOLAS DO CAMPO: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES.

2.1. EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

De acordo com Arroyo, Caldart, Molina, (2011) a razão pela qual nasceram muitas ideias de educação do campo é que se teve outro olhar sobre o mesmo. O autor afirma que a luta pela terra e a conquista dos assentamentos construíram um território onde se desenvolvia uma nova realidade que são os assentamentos rurais. Nesses territórios os sem terra com sua simplicidade se deram conta de que construir uma escola de qualidade era possível.

Essa nova realidade também era percebida nas universidades, nos centros de pesquisa, que começavam a desenvolver metodologias e produzir referenciais teóricos para tentar compreender as novas configurações que se formavam no campo brasileiro. Ver o campo como parte do mundo e não como aquilo que sobra além das cidades. Desde esse ponto de vista, os sem-terra foram pensando insistentemente, discutindo com os povos do campo: camponeses, quilombolas e indígenas, sua diferente concepção de saber, que ficou esboçada na Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em 1998. (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011 p. 136.)

Os autores destacam que a idealização do campo como lugar de ser, foi de suma importância para a busca de direitos que até então se pensava que não eram possíveis, pois esses povos, anteriormente se viam como sobras de um sistema urbano e no que diz respeito à educação acreditavam que deviam busca-la onde lhes fosse oferecida e não no seu local de origem.

Com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, obteve-se um grande avanço na construção do Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é o espaço essencial para o desenvolvimento humano. É um novo passo para quem acredita que o campo e a cidade se complementam, e por esse motivo devem ser compreendidos como espaços geograficamente singulares e plurais, autônomos e que ao mesmo tempo interagem entre si com suas identidades culturais e modos de organização diferenciados, ressalta Fernandes (ano e pag.). “ A modernidade é ampla e inclui a todos e a todas, do campo e da cidade. Um país moderno é aquele que tem um campo de vida, onde os povos do campo constroem suas existências”.

De acordo com Souza (2006), historicamente a educação rural vinha ocupando um lugar marginalizado na política educacional brasileira, tratando-a apenas no âmbito geral e não a direcionando para as particularidades do sujeito do campo, tentando adequá-lo a um modelo de educação generalizada pelo local fora da zona

urbana, ignorando sua identidade cultural e até mesmo geográfica, já que o campo não se totaliza como um espaço homogêneo e sim como espaços que possuem características divergentes entre si em diferentes aspectos.

É importante esclarecer que os termos *rural* e *campo* possuem sentidos diferentes nesse texto. O sentido da educação rural aparece quando a referência a política educacional do início e decorrer do século XX, cuja a preocupação eram com ações que pudessem superar o “atraso” presente entre os trabalhadores e moradores do espaço rural. Já o sentido de Educação do Campo aparecerá quando estiver em destaque a ação dos Movimentos Sociais e as parcerias em desenvolvimento nesse início de século, oriundas da dinâmica social do campo no final do século XX. É um conceito configurado a partir da ação dos movimentos sociais do campo destacando os aspectos da identidade e da cultura. Na atualidade, o campo aparece nas propostas educacionais dos movimentos sociais com a ideia de valorização do trabalhador que atua no campo, que possui laços culturais e valores relacionados a vida na terra (SOUZA, 2006 p. 51).

Ainda que essa diferença não seja tão visível, ela focaliza em função de que o sujeito principal na educação rural é o Estado expressando suas ações nos governos estaduais e municipais, enquanto a educação do campo tem como sujeito principal ações voltadas para os movimentos sociais, alterando sua configuração da concepção de educação e dos objetivos da educação da classe trabalhadora, pensados e voltados para ela, respeitando suas particularidades.

Dessa forma, a educação do homem do campo, deve atender não somente o morador de qualquer região fora dos limites da cidade de forma que os trate como iguais, mas sim, atender adequadamente ao homem de cada local específico, pois em um país de mesorregiões como o Brasil, as diferenças culturais, geográficas e sociais são gritantes e faz com que cada localidade seja única.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento, de seus procedimentos, ou [...] como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentescos, e reciprocidades, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON *apud* SOUZA, 2006 p. 52).

Diante disso, Souza (2006) destaca que talvez essa ideia possa auxiliar possa auxiliar na interpretação do papel que a educação do campo representa para o povo que reside em tal espaço, podendo ser indígenas, quilombolas ou de pequenos proprietários. Observa-se que a maioria dos conteúdos metodológicos e ideais transmitidos nas escolas da zona urbana discriminam os povos que não fazem parte do perímetro urbano.

Também Sousa apud Kolling, Nery e Molina(1999), afirma que é forte a intenção de recuperar o conceito de camponês, que é histórico, político e faz referência uma diversidade de sujeitos, contrapondo-se aos termos caipira, sertanejo, lavrador, colono, caboclo, sem-terra e assentado que apresentam um conteúdo pejorativo e de discriminação, já que nomeiam o homem do campo como atrasado, preguiçoso, ingênuo e incapaz.

Portanto, a partir dessas reflexões atuais serão retomadas as características da educação rural predominante no Brasil que deixou fortes marcas no início deste século mesmo em meio diversas propostas de mudanças direcionadas pelos movimentos sociais.

2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA DA ZONA RURAL

Ao se pensar numa educação do Campo é preciso pensar numa educação que remete a possibilidade de desenvolvimento do indivíduo, possibilitando-o conviver e uma sociedade complexa e exigente, que constantemente rebe influências dos meios de comunicação, de tecnologias e ate mesmo de interesses econômicos e políticos. É preciso pensar numa educação para a cidadania, pois somente pensando desta forma é possível construir uma ação pedagógica voltada a atender de uma completa os trabalhadores do campo.

Pensar uma educação voltada para os interesses das camadas populares é pensar um movimento em prol da chamada educação popular, ou seja, é destacar a dimensão social no processo educacional, construindo-se como fortalecedora de uma luta pela qualidade de vida da pessoa, ou seja, pela possibilidade de conquista real dos direitos que compõem a lei maior que é a Constituição, mas é isto, porem, que na prática não acontece. A luta dos movimentos sociais dos trabalhadores do campo e suas organizações vêm conquistando espaço para melhoria da vida do homem do campo, chamando atenção dos governos municipal, estadual e federal, oferecendo-lhes melhores condições, entre elas o direito a Educação (GHEDIN, 2012, p. 121).

O autor afirma que a Educação do Campo não pode ser entendida como deslocada do conceito de educação popular simplesmente pelo fato de esta ter nascido fora da escola, já que influenciou e influencia a educação escolar. A educação popular está vinculada ao que diz respeito ao resgate do papel social da escola na vida do indivíduo o levando a pensar em sua formação intelectual e não em sua formação voltada somente para o mundo do trabalho, no caso dos moradores do campo, o trabalho braçal.

A partir de algumas colocações, surge o questionamento do que venha a ser educação popular, o qual respondê-lo não é uma tarefa fácil, pois existem inúmeras iniciativas com tal denominação.

... experiências várias no campo da Educação, foram e estão sendo relatadas e compreendidas como atividades em educação popular. Elas têm se originado, ora de setores organizados da sociedade civil, ora de instancias do próprio Estado. Cada experiência apresentando suas características próprias, onde se destacam metodologias, avaliações e forma de desenvolvimento dessas atividades, todas se identificando com atividades da educação popular.(MELO NETO E SCOCUGLIA apud GUEDIN, 2012, p. 122)

Também, quando se fala em práticas pedagógicas, busca-se compreender a realidade social, voltada para a construção da cidadania, possibilitando de forma eminente, o aprender a conviver, fortalecendo a construção de um ensino de qualidade partindo da realidade e oferecendo respeito e valorização da pluralidade enriquecendo o desenvolvimento social.

A formação de educadores conscientes deste processo torna-se imprescindível, pois não é o suficiente apenas aplicar teorias universitárias, faz-se necessário pensar na escola não somente como um espaço de reprodução de conhecimentos, mas sim como um espaço de instrução e conhecimentos educativos e empíricos.

Pensar em uma Educação nas áreas de assentamento significa pensar em um currículo que busque fortalecer práticas que respeitam o sujeito que está se construindo; significa efetivar procedimentos de ensino em que o aluno seja visto em seu processo e não no resultado que ele possa gerar; significa desenvolver um currículo que direcione uma ação voltada para a formação humana nas suas várias dimensões. Novas posturas são imperativas na pratica do educador que almeja resignificar sua ação pedagógica, lutar por uma gestão participativa, por uma avaliação que priorize os acertos e não os erros, o processo e não o produto final. Nesse sentido, ser educador é ter consciência é ter consciência de sua responsabilidade como mediador de novos conhecimentos, contribuindo na construção de uma sociedade mais humana e justa (GHEDIN, 2012, p. 129).

O autor ressalta que os educadores que se encontram engajados nas lutas dos movimentos sociais pela educação do campo, neste momento, assumem também o papel de formar cidadãos críticos e formadores de opiniões, capazes de modificar o espaço em que vivem, através de reivindicações de mais politicas publicas para melhoria do processo de formação humana.

De acordo com a Lei de diretrizes e Bases Da Educação Brasileira (LDB), o direito a educação é para todos, seja na zona urbana, seja na zona rural, pois o homem tem direito a mesma em qualquer lugar onde esteja inserido, mas no Brasil, é uma realidade que anda está em construção no que diz respeito ao homem do campo.

(...) a formação básica qualitativa é instrumento absolutamente estratégico, através da qual a pessoa se apropria de conhecimentos relevantes e sobretudo gesta atitude metodológica construtiva, para ocupar a cena atual como sujeito. Não apenas repasse informativo, mas o cultivo da capacidade de confrontar-se e renovar-se (DEMO *Apud* GHEDIN, 2012, P. 130).

Nesse sentido autor aborda sobre a importância da educação qualitativa como instrumento de transformação sócio cultural do individuo que nela está inserido, tornando-se capaz de se reorganizar em uma sociedade que está em constante mudança, absorvendo conhecimento que o constituem como sujeito do seu lugar e não apenas sendo objeto de repasse de informação, mas sendo capaz de confrontar-se e renovar-se de acordo com as mudanças em seu entorno.

A Educação do Campo deve estar lado a lado com a cultura do homem do campo, preservando sua identidade e seus valores sociais e humanos, da mesma forma que esse caminho se torna mais fácil de ser percorrido quando o educador também é morador do campo, pois este convive com as realidades do educando, facilitando assim, o processo de uma educação pensada na vida e nos saberes do morador do campo, assim ressalta Guedin (2012), quando diz:

Quando o educador é morador do local convivendo no mesmo cotidiano dos educandos, aumentam-se as possibilidades de ele se tornar um agente da própria história, valorizando os conhecimentos historicamente construídos pelos trabalhadores do campo, ou seja, acabam atuando em escolas de áreas de assentamento da reforma agrária de forma mais comprometida. (GUEDIN, 2012:130)

Para se ter um bom desempenho do processo educacional com uma população que muitas vezes vive com o pensamento equivocado de que a zona rural é somente a parte que sobra das cidades é preciso alinhar o homem do campo ao seu próprio contexto, fortalecendo lhes um ideal de união, e que, é essa união que fará com que a democracia lhes seja garantida por meio de movimentos sociais e de políticas públicas.

Tendo em vista que esse processo deve respeitar a formação do indivíduo no que diz respeito a sua cultura, a sua história de vida, seus saberes e fazeres, ajudando-os a ter uma consciência mais crítica as mudanças a sua volta e quebrando estereótipos escravistas que ainda se fazem presente no Brasil, herdada do período da colonização, onde somente as elites tinham o privilégio da educação e ainda assim, voltada para o mundo do trabalho e não para a realização pessoal e intelectual.

2.3 DIFICULDADES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo Ghedin (2012) não basta pensar que a educação do campo deve ser trabalhada de forma diferente, visto que ela já foi tratada desta forma, o que contribuiu para que fosse vista como algo atrasado para o desenvolvimento do país. Portanto, segundo o autor é preciso pensar numa educação com direitos públicos com políticas que atendam as diferenças de uma forma que o campo não fique submisso aos valores sociais, econômicos e políticos, pensados a partir da cidade.

Nesse emaranhado, encontramos a figura do educador como responsável pela formação das novas gerações. Profissional ilustre com um grau de intelectualidade mais elevado que o das demais pessoas do campo, mas muitas vezes ainda utilizando o modelo tradicional que considera a escola como espaço para ajustar os indivíduos na sociedade. Portanto, cabe a eles a responsabilidade pelo processo ensino-aprendizagem, com conteúdos deslocados da realidade, tendo a intenção de moldar os estudantes para a formação social, política e econômica para uma sociedade harmônica e sem contradições. Assim tem sido a realidade do campo. (GHEDIN, 2012, p. 109)

Muitas vezes o próprio educador não contribui para o avanço da educação do campo, sendo este, responsável por fazer com que o educando se sinta inferiores as pessoas que vivem na cidade, por não lhe possibilitar uma avaliação justa, ou seja, que valorize seu processo de aprendizagem e não só seu resultado, tendo em vista que geralmente se utiliza de métodos inadequados a sua realidade de comunitário e agricultor.

O autor ressalta ainda, que o grande problema está no fato de a escola não ter surgido por acaso nem espontaneamente para responder aos interesses das camadas populares, com suas atividades pedagógicas com conteúdos neutros, mas sim ter surgido conforme os propósitos da nova classe dominante, tornando a escola uma representante da sociedade capitalista, assumindo as ideias morais de determinado grupo e determinada época histórica.

(...) a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva de desenvolvimento social e econômico igualitário desta população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação. (FERNANDES apud GHEDIN, 2012, p. 111)

Quando se fala em dificuldades enfrentadas na educação do campo, não se pode deixar de mencionar a questão da localização geográfica de algumas comunidades rurais, as quais encontram-se bem afastadas dos centros urbanos, não possuindo infraestrutura no acesso as mesmas.

Diante da situação que dificulta o acesso e a permanência do docente, já que na maioria das vezes, este tem que ser destacado da cidade, enfatizando a falta de formação e recurso dos moradores da própria comunidade de dar continuidade aos estudos por falta de avanço nas séries oferecidas nas escolas do campo, descumprindo o Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que preconiza:

Na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação as peculiaridades da vida rural e de cada região especialmente; conteúdos curriculares e metodologias apropriadas as reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas. (BRASIL, 1996).

Existe um grande problema na adequação curricular para a população camponesa distribuída nas regiões brasileiras, já que o país possui localidades muito distintas no âmbito, geográfico, social e cultural. As metodologias para a educação rural, são pensadas de uma forma geral, estando longe de atender as peculiaridades da vida rural e de cada região especialmente.

Dosso e Brandão (2013) Exemplificam que dessa forma a LDB se apresenta como documento importante para garantir a organização e o cumprimento dos direitos do povo do campo, porém, por si só, não consolida estes direitos, sendo necessária uma organização mais efetiva que seja direcionada a realidade da localidade em que a escola está inserida, respeitando seu contexto histórico, social e econômico.

Silva (2013) apud Cerquinho discorre que das dificuldades encontradas na Escola do Campo, destaca-se a o acesso e a permanência do aluno, tendo em vista que muitos destes moram a 6, 7, 8, e ate mais de 10 Quilômetros afastados, não

podendo diariamente estar presentes e voltar as suas casas, causando um grande numero de faltas e ate mesmo a evasão de uma quantidade considerável de crianças, o que dificulta ainda mais o ensino aprendizagem no âmbito rural.

Tendo em vista que tais fatores contribuem para o êxodo rural desenfreado já que as famílias migram para os centros urbanos em busca de melhores condições de ensino para seus filhos, estes, atraídos pelo conforto das cidades, não mais retornam a sua comunidade de origem após concluir o ensino primário.

A vida rural é uma vida cheia de sacrifícios. Lavar a terra, prepara-la e planta-la, tudo de um modo empírico, sem arados, sem adubos próprios e nas mais das vezes sem as boas sementes. Colher o produto de todo esse gigantesco esforço, vê-lo apodrecer devido a falta de meios de transporte (...). Criar sem assistência técnica, sem ter bons pastos devido a falta de boas sementes e mudas, sem ter os reprodutores selecionados em postos zootécnicos, perto, sem dispor sequer de uma vacina (...). (SILVA, 2013, p. 04 *apud* CERQUINHO)

Leite *apud* Silva (2013) sustenta que a escola rural, de rural só possui o nome, já que, não é capaz de tratar a criança do campo como uma peculiaridade, mas sim como uma criança qualquer que precisa ler, escrever e contar, apesar de não oferecer subsídios para tais objetivos.

Considerando a questão, o autor ressalta ainda que outro fator que contribui para o não desenvolvimento da educação rural é a densidade demográfica de alguns estados que impedem da educação rural ser oferecida a todas as localidades não urbanas, as quais possuem um numero reduzido de crianças em idade escolar, dificultando o acesso a educação de comunidades menos povoadas.

(...) que, ate agora de rural só tem o nome, nenhum bom resultado poderá oferecer. O período muito breve de ensino (2 períodos); a instabilidade do professor, que não tendo preparo especializado para “ensinar” na zona rural desconhece as possibilidades da região e as reações humanas típicas, não podendo sentir as necessidades do meio; a incompreensão paterna que pensa fazer favor ao estado mandando seu filho a escola, que lhe inspira profunda diferença, de lá retirando-o para os dispensáveis trabalhos de campo onde são escassos braços para a lavoura; o programa inadequado e incompreensível; a falta de instalações adequadas a aprendizagem de atividades que interessem diariamente a vida da população. [...] (LEITE *apud* SILVA, 2013, p. 07).

O autor enfatiza que os resultados da Educação do Campo não tem sido alcançados, pois necessita da colaboração de todas as esferas, pois necessita-se de cursos de formação de professores para que estes tenham preparo para o ensino do campo, pois um bom profissional é aquele que conhece a realidade do local e se

solidariza com as reações humanas típicas e que possa sentir as necessidades do meio em que está inserido.

Há também a incompreensão de alguns pais que só mandam os filhos a escola para não serem punidos pelo sistema, pois preferem utilizar seus filhos como mão de obra no campo e o programa educacional para o âmbito rural que tem sido inadequado a vida do campestino, sem lhe oferecer atrativos que o faça permanecer na escola e futuramente aplicar o que deveria ser aprendido a sua comunidade.

3 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO EM CLASSES MULTISSERIADAS: PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DA EMEF. ITAPACURÁ GRANDE II, COMUNIDADE MONTE SIÃO EM ITAITUBA – PARÁ

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Itapacurá Grande II”, localizada na Comunidade Monte Sião, 32 Km da sede de Itaituba – Pa, deu início as suas atividades de ensino no ano de 2004 sobre a responsabilidade da professora Diana Marcos dos Santos, tendo matriculado 45 alunos, em 2005 com 28 alunos, 2006 com 14 alunos, 2007 com 15 alunos, 2008 com 14 alunos.

Em 2015 a escola funcionou sobre a responsabilidade da professora Maria das Graças Carneiro Martins, tendo 15 alunos regularmente matriculados.

Atualmente a estrutura física da referida escola é de madeira, coberta de telha brasilit, tem o piso feito de cimento e lajota e conta com uma sala de aula, uma cozinha, uma secretaria e dois banheiros.

O quadro de funcionários da escola é composto por uma merendeira e dois professores, sendo que um atende a turma multisseriada (maternal ao 5º ano do ensino fundamental) que funciona no horário matutino, e a outra atende a turma multisseriada (6º ao 9º ano ensino fundamental) que funciona no turno vespertino.

O alunado é composto por filhos de pequenos agricultores e trabalhadores assalariados temporários, pode-se observar que é uma comunidade carente, por conta do difícil acesso de suas vias, o que dificulta o escoamento da pequena produção feita pelas famílias que sobrevivem apenas do que produzem e coletam.

Por esse motivo, a escola Itapacurá Grande II vem perdendo um número considerável de alunos, já que, a maioria das famílias estão deixando a comunidade em busca de melhoria de vida na cidade.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho, intitulado “Desafios da Educação Básica do Campo” realizado com pesquisa bibliográfica apoiada em autores que tratam da temática em discussão como (GHEDIN, 2012) (GONÇALVES, 2009); (BRASIL, 1996); (ARROYO, 2011); (SOUZA, 2006); (SAVIANI, 1999); (BRAZ, 2008), dentre outros. Também utilizou-se de pesquisa de campo com abordagem qualitativa, em Dezembro de

2019, teve como objetivo analisar, as dificuldades e desafios enfrentados por professores e alunos da modalidade de Educação do campo.

As questões que nortearam a referida investigação consistem em: Quais os principais desafios incidem na educação do campo? De que forma essa modalidade beneficia a comunidade? Como é feita a adaptação curricular para o bom aproveitamento do aluno do campo?

Os objetivos almejados foram analisar os desafios das docentes no âmbito da educação rural, especificamente numa localidade de difícil acesso e com problemas sociais bem visíveis.

Essa pesquisa possibilitou uma observação no desenvolver da elaboração do trabalho, será em forma de entrevista a professores voltada para as turmas multisseriadas da Escola Itapacurá Grande II na Comunidade Monte Sião em Itaituba - Pará, cujos agentes educacionais estão inseridos no contexto de uma sala de aula.

O referido trabalho constou de coleta de dados, análise discursiva e comentários, propostas contribuintes e conclusão. Demonstrando assim a importância de identificar os desafios e dificuldades no ensino aprendizagem das escolas do campo, para possivelmente buscar meios de solucionar os problemas e dificuldades apontadas nesta modalidade ofertada na referida comunidade.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS

Para a realização deste trabalho foram entrevistadas duas professoras que trabalham efetivamente na referida escola. As duas professoras, têm trinta e seis e trinta e nove anos, consecutivamente. Ambas são graduadas em licenciatura Plena em Pedagogia. A primeira, é Especialista em psicopedagogia e a segunda ainda não é pós- graduada.

As entrevistadas, têm sete e oito anos de trabalho na educação e têm um ano e dois anos de prestação e trabalho na referida escola. Ainda informaram que já trabalharam em outra instituição de ensino.

3.4. RESULTADO DA PESQUISA COM OS PROFESSORES

Para a pesquisa de campo foram feitos questionários, com oito perguntas referentes as dificuldades na educação do campo, que foram entregue para cada professor responder com clareza sobre o tema em questão.

Com a coleta de dados das informações dos professores, pode-se perceber que são profissionais que já atuam há algum tempo na educação do campo e que possuem experiência na referida modalidade. Sendo assim, os entrevistados contribuíram significativamente para o bom resultado da pesquisa, a qual através das respostas dos mesmos foi possível obter uma quantidade de dados satisfatórios para serem observados e analisados para a realização desse trabalho. Iniciando o estudo, a questão sobre as dificuldades e desafios na educação do campo.

Quadro 1- Quais são as dificuldades que incidem em desafios na educação do campo? **Fonte:** Professores da EMEF Itapacurá Grande II /2019

Professor(a).	Respostas
P1	São muitas as dificuldades que encontramos na educação do campo, muitas vezes precisamos improvisar por falta de materiais didáticos e o difícil acesso devido ao péssimo estado das estradas e a falta de estrutura da escola.
P2	São muitas as dificuldades em todos os aspectos, principalmente no aspecto geográfico, já que a comunidade a qual a escola esta inserida não possui pavimentação e transporte adequado, além da grande distancia. Outras dificuldades também no quesito currículo e participação da família no processo de ensino aprendizagem.

De acordo com as respostas dos professores entrevistados nesta pesquisa, é possível perceber que as dificuldades encontradas no ensino aprendizagem do campo se classificam em âmbitos bem distintos, o que as tornam ainda mais difícil de serem solucionadas. Segundo os professores, as dificuldades começam pela forma difícil de acesso a escola, pois relatam que a comunidade é considerada bem isolada, fato que reflete na questão da não chegada de materiais e recursos que poderiam ser utilizados para o melhoramento do ensino.

Quando o sistema educacional oferece escola e educadores para atender as demandas existentes nas áreas mais distantes, a maioria das crianças não aprende adequadamente como deveria. A exemplo disso, podemos afirmar que, em alguns municípios brasileiros há crianças com o histórico escolar aprovado para a quinta série do ensino fundamental que não conseguem ler uma oração completa nem interpreta-la minimamente como deveria ser para um aluno daquela série e idade.(GHEDIN, 2012, p. 33)

Alguns problemas nesta modalidade também são ocasionados pela falta de comprometimento de algumas famílias com a educação de seus filhos, já que a participação dos pais é de fundamental importância para o fortalecimento do aprendizado e também para garantir que os direitos dos povos do campo sejam

oferecidos de forma que realmente possa beneficiá-los, respeitando suas particularidades, cultura e que tenham um ensino que verdadeiramente possa capacitar o aluno para lidar com diferentes situações e meios tecnológicos. Prosseguindo, a pergunta sobre os benefícios da educação do campo para a comunidade.

Quadro 2- Quais são os benefícios desta modalidade para sua comunidade? **Fonte:** Professores da EMEF Itapacurá Grande II /2019

Professor(a).	Respostas
P1	Toda comunidade que tem uma escola funcionando, traz muitos benefícios, pois assim as famílias não precisam se deslocar do seu ambiente de trabalho e também traz o crescimento comunitário.
P2	São benefícios em curto prazo, pois na maioria das vezes, quando a criança consegue alcançar um nível mais elevado de ensino, a família se ver obrigada a ir morar na cidade em busca de dar continuidade aos estudos dos filhos.

Diante das respostas para o questionamento de numero dois, é visível a divergência de pensamentos sobre os benefícios da escola para a comunidade já que, um profissional acredita que a comunidade que possui uma escola é privilegiada, pois as famílias podem continuar a viver no seu local de origem sem precisar morar na cidade para que suas crianças permaneçam na escola.

Assim, a outra defende que os benefícios da escola do campo deixam de existir quando as crianças avançam no grau de ensino e de qualquer forma a família precisa se deslocar para a cidade para dar continuidade aos estudos dos filhos, pois acreditam que através do estudo os filhos possam ter um futuro melhor.

Não se trata, é claro, da ideia errônea de fixar o homem rural no campo, uma vez que o processo educativo deve criar oportunidade de desenvolvimento e realização pessoal e sociais; trata-se, entretanto, de trabalhar sobre as demandas e necessidades de melhoria em vários aspectos: acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, transporte, reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas, enfim, construir uma política nacional de educação do campo. Em outras palavras, o que se deseja é que a educação do campo não funcione como um mecanismo de expulsão das populações camponesas para as cidades, mas que ofereça atrativos aqueles que nele desejam permanecer e vencer. (BRASIL, 2013)

É necessário uma política para a educação do campo, capaz de oferecer às famílias a liberdade de ascensão social, seja para migrarem para a cidade, ou para permanecerem no campo, mas principalmente oferecer qualidade de ensino para que

os que precisem sair para estudar possam retornar e oferecer e aplicar seus serviços em benefício da sua própria comunidade. Em seguida, foram questionados sobre a existência de turmas multisseriadas e como as mesmas funcionam.

Quadro 3 – Nesta escola existem turmas multisseriadas: Como funcionam:? **Fonte:** Professores da EMEF Itapacurá Grande II /2019

Professor(a).	Respostas
P1	Sim. São duas turmas, uma funciona com alunos de 1º ao 5º ano e a outra com alunos de 6 ao 9 ano.
P2	Sim. Uma funciona do 1 ao 5 ano e a outra funciona do 6 ao 9 ano. Ambas com professores diferentes que utilizam recursos (principalmente livro didático) diversos para garantir que todos consigam absorver os conteúdos, já que estes são reduzidos.

Em resposta, diante da questão três, as professoras afirmaram a existência de turmas multisseriadas e prosseguiram explicando como funcionam e como é feita a triagem dos alunos. As entrevistadas disseram que pelo período da manhã, estudam os alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, na faixa etária de seis a 14 anos, e a tarde estudam os alunos do sexto ao nono ano, com a faixa etária de 12 a 26 anos.

As classes multisseriadas estão relacionadas a baixa densidade demográfica de algumas comunidades, já que estas não possuem um quantitativo de alunos suficiente para serem organizados por series, ciclos ou idade, faz-se as turmas multisseriadas, que geralmente funcionam com crianças de todas as faixas etárias de anos e em series diferenciadas que vão desde a educação infantil até o ensino fundamental I, geralmente no período matutino e a tarde organiza-se as que se enquadram no ensino fundamental II. Dando sequência, foi perguntado quais metodologias são utilizadas para o aprendizado do aluno do campo.

Quadro 4- Quais metodologias são utilizadas para o aprendizado do aluno do campo: **Fonte:** Professores da EMEF Itapacurá Grande II /2019

Professor(a).	Respostas
P1	A melhor metodologia para se ter uma aprendizagem é trabalhar com a realidade do aluno e despertar o interesse do educando para o assunto abordado.
P2	Procura-se diversas metodologias para garantir a permanência do aluno, para adequar os conteúdos que são pensados somente para a cidade, reuniões para aproximar as famílias do processo de ensino e ate mesmo para atender alunos com necessidades especiais sem recursos adequados.

Quando perguntados sobre quais metodologias são utilizadas no ensino do campo, os professores responderam que procuram sempre trabalhar com a realidade do aluno e tentar despertar seu interesse para os conteúdos propostos. Enfatizam também, que utilizam diversas metodologias para combater a evasão, pois muitas vezes o educando se sente deslocado pelo fato de os conteúdos curriculares serem bastante urbanizados, divergindo da situação e cotidiano dos mesmos.

A educação do campo não deve se distanciar da cultura do homem do campo, deve preservar a sua identidade e os seus valores humanos e sociais. A educação dos trabalhadores do campo deve estar atenta a particularidade dos sujeitos e seu tempo histórico, ajudando-os em um processo de humanização e tarefas específicas. (GHEDIN, 2011, p. 133)

As metodologias aplicadas no ensino do campo, obedece a demanda da falta de recursos, este, na maioria das vezes cega a ser somente o livro didático desfocado da realidade do campo, fazendo com que o aluno perca o interesse em frequentar a escola por sentir que seu ambiente não é valorizado e suas peculiaridades respeitadas, fazendo-o sentir apenas um numero e não um ser humano critico e histórico. A pergunta de numero cinco foi a respeito da adaptação curricular na referida escola.

Quadro 5- Como é planejada a adaptação curricular em sua escola: **Fonte:** Professores da EMEF Itapacurá Grande II /2019

Professor(a).	Respostas
P1	Trabalhar em classes multisseriadas requer uma adaptação em praticamente todas as disciplinas, primeiramente faz-se um estudo das dificuldades do aluno e das necessidades da escola, para poder fazer um planejamento com as adaptações necessárias de acordo com a serie trabalhada.
P2	A adaptação começa no que diz respeito a adequação para o multisseriado e também nos temas transversais que procuramos adaptar a realidade do campo e da própria comunidade.

Através das respostas dos professores para a questão acima, pode-se concluir que é necessário sempre fazer o uso de adaptações não só no currículo, mas em quase todos os aspectos do ensino no campo, já que a existência de classes multisseriadas exige uma redução de conteúdos programáticos para poder cumprir o calendário escolar, exigindo do aluno um maior esforço para absorver o máximo de conhecimento com tempo e metodologias reduzidos. Procura-se também adaptar temas transversais ao cotidiano e a realidade da comunidade.

A preocupação com a Educação do Campo é recente no Brasil, embora o país tenha tido origem e predominância agrária em boa parte da sua história. Por isso, as políticas públicas de educação, quando chegaram ao campo, apresentaram-se com conceitos urbanocêntricos e a escola rural nada mais foi do que a extensão no campo da escola urbana, quanto aos currículos, aos professores, a supervisão. (BRASIL, 2013)

O grande problema, está no fato de o currículo da educação do campo estar no contexto da educação da cidade, o que torna tudo mais difícil, pois é a primeira forma de descumprimento de direitos do aluno do campo, já que a LDB preconiza o respeito as individualidades e peculiaridades do aluno do campo, respeitando períodos específicos de ciclos agrícolas, e seu aprendizado sobre sua terra e comunidade. Dando prosseguimento ao questionário, foi proposto aos entrevistados traçar o perfil do aluno do campo.

Quadro 6: Trace o perfil do aluno do campo. **Fonte:** Professores da EMEF Itapacurá Grande II /2019

Professor(a).	Respostas
P1	Os alunos do campo muitas vezes são um pouco lento em seu desenvolvimento, mas também são muito interessados em aprender em busca de um futuro melhor.
P2	Em algumas comunidades o aluno quase sempre se encontra distorcido em relação a sua idade e serie. Geralmente esse aluno trabalha no período oposto ao horário de aula e as vezes se ausenta de algumas atividades extras da escola.

Ao falar sobre o aluno do campo, os professores, ressaltaram que alguns alunos se encontram em dificuldades na aprendizagem e que ainda assim, possuem um grande interesse em aprender, pois acreditam na melhoria de seus futuros através da educação, mas colocaram também que muitos alunos do campo se encontram distorcidos em relação a idade/serie, pontuando que, muitos desses alunos praticam a agricultura juntamente com suas famílias no período oposto ao horário de aula, o que acaba atrapalhando seu aprendizado já que muitas vezes precisa cumprir suas obrigações familiares para ajudar na renda e acabam faltando nas aulas esses dias.

Porem, é fundamental separar as discussões a cerca do trabalho, como uma necessidade imposta pelo capital, do trabalho como formação humana e principio educativo. O primeiro visa preparar o futuro trabalhador para que se possa extrair mais-valia relativa desse ao passo que o segundo encontra-se no processo de conhecimento da relação ser – humano/natureza, visando que o educando compreenda a totalidade das relações sociais, culturais, científicas e práticas do mundo em que ele está envolvido. (ROCHA e MARTINS, 2011. p. 32)

É importante observar que o aluno do campo se encontra em uma dualidade conflitante, pois busca pelo conhecimento para sua realização pessoal e intelectual na pretensão de um futuro melhor, ao mesmo tempo que precisa executar seu trabalho para garantir a sobrevivência e permanência da família, esta, por sua vez, não possui subsídios adequados para a agricultura, poucos recursos e praticam a agricultura familiar. Nesse contexto, a escola do campo na maioria das vezes não oferece ao aluno um ensino voltado para o melhoramento das práticas utilizadas na agricultura.

Quadro 7: Os pais contribuem para a educação de seus filhos: Fale sobre. **Fonte:** Professores da EMEFI tapacurá Grande II /2019

Professor(a).	Respostas
P1	Os pais do aluno do campo contribuem pouco para a educação dos seus filhos, muitas vezes por serem analfabetos.
P2	A maioria das famílias não participa do processo de ensino aprendizagem, ate porque, grande parte não possui estudo e diz não entender de escola. Outras não participam de atividades como reuniões, comemorações cívicas etc.

Ao falarem sobre a participação da família no processo de ensino aprendizagem, os professores afirmam que os pais não contribuem muito com a educação dos filhos por diversos motivos, que vão desde a ocupação com seus afazeres domésticos até o pensamento de não poderem ajudar por serem analfabetos. Enfatizam ainda, que a ausência nos eventos escolares é marcante. A escola não é uma instituição independente e autônoma, não seria justo pensar que o que acontece em seu interior não esteja ligado ao que acontece no exterior dela. (AQUINO, 1996, p.)

A família precisa estar presente na escola, se envolver com a formação escolar do filho, isso não quer dizer que a família precisa ser alfabetizada ou possuir uma alta formação para acompanhar o que de fato acontece na vida e na escola. Isso lhe possibilita estar mais perto da garantia de que seus direitos sejam de fatos oferecidos, além de que a família é a base da formação da criança e é através dessa base que se pode garantir que os valores morais, a ética e o respeito sejam mediados entre o educando e o educador. E finalizando, foi perguntado as profissionais sobre o desenvolvimento de atividades coletivas na escola para socialização dos alunos e como são feitas.

Quadro 8- A escola desenvolve atividades coletivas para a socialização dos alunos: Como: **Fonte:** Professores da EMEF Itapacurá Grande II /2019

Professor(a).	Respostas
P1	Sim. Com desenvolvimento de projetos envolvendo, alunos e comunidade, junção das turmas em roda de conversa, jogos e brincadeiras envolvendo as turmas.
P2	Sim. Geralmente essas atividades estão relacionadas com as disciplinas do currículo e também com as datas cívicas e comemorativas. Existem projetos executados na escola para promover a interação das turmas e também de escolas próximas.

Sobre o desenvolvimento de atividades coletivas, os professores disseram que as mesmas são desenvolvidas envolvendo os alunos e a comunidade, e que sempre estão relacionadas com o currículo escolar e temas transversais que são estudados no período letivo. Disseram também que nesses projetos as vezes são envolvidas escolas de comunidades próximas para promover a interação não só entre alunos, mas entre comunitários que possuem culturas e saberes diferentes.

Para que a escola cumpra essa tarefa, é necessário que a escolha dos conteúdos de estudo e a seleção de aprendizados a serem trabalhados em cada momento não seja aleatória, mas seja feita dentro de uma estratégia mais ampla de formação humana (MOLINA apud GHEDIN, 2011, p. 134)

Vale lembrar que tais atividades, devem respeitar a coerência entre a prática e a teoria da comunidade, possibilitando ao educando e aos que se encontram em seu entorno, o pleno respeito de seus saberes e fazeres, não basta apenas desenvolver atividades coletivas para promover interação pessoal, se a mesma não promover essa interação como um todo, ou seja, do aluno com a família, da família com a escola e da escola com o cotidiano e cultura da comunidade, incluindo práticas que sejam necessárias e benéficas para o povo específico do campo de acordo com a especificidade de cada região.

3.5 PROPOSTAS INTERVENIENTES

Diante das dificuldades encontradas na educação do campo, a pesquisa trás dados que mostram os desafios vivenciados por profissionais que atuam na escola da comunidade rural. Esses desafios são entendidos como empecilhos para que a educação no âmbito rural, alcance resultados satisfatórios tanto para o educando quando para o educador e povo do campo em geral, pois entende-se que uma comunidade obteve resultados positivos, quando seus membros, por meio de lutas

sociais, alcançam os seus direitos de forma a garantir uma boa sobrevivência e a livre escolha de viver no lugar que quiser viver.

De acordo com o resultado da pesquisa, houve a necessidade de sugerir algumas propostas que possam amenizar as dificuldades da educação básica do campo.

- O município deverá realizar parcerias com instituições que ofertam cursos superiores para a formação de docentes no e do campo, que realmente conheçam a realidade e especificidade do local.
- O aluno do campo ter a possibilidade de se formar e aplicar seus conhecimentos na sua comunidade de origem.
- As famílias participarem do processo de ensino-aprendizagem para se conscientizarem sobre seus direitos de fato, e garantir que os mesmos sejam cumpridos verdadeiramente.
- Um currículo adequado a realidade do homem do campo, que respeite seus saberes, fazeres e direitos.

Ao receber uma formação específica, o educador relaciona-se com o cotidiano da comunidade, articulando melhorias e novos caminhos para compreender a intencionalidade do ato de educar e aprender, organizando a comunidade num fazer coletivo e vinculando as práticas de sala de aula as práticas de vida e trabalho do educando. Consequentemente, o aluno terá a possibilidade de executar na própria terra o que foi aprendido na escola, possibilitando-o, a sua permanência e mais valia de seus produtos, sua práxis e sua comunidade.

Quando a família, juntamente com o educando se insere no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, participa da educação de seus filhos, estes se tornam semeadores de conhecimentos, não simplesmente conhecimentos relacionados a leitura e escrita, mas conhecimentos que lhes possibilitam a busca pelos seus direitos, direitos a sua terra, a preservação de sua cultura, religião e principalmente o direito de exigir políticas públicas educacionais, voltadas para sua realidade e a busca pelo respeito a diversidade do homem da zona rural.

CONCLUSÃO

Este estudo foi elaborado através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, no decorrer deste trabalho procurou-se indagações sobre o tema “As principais dificuldades encontradas na educação do campo” com o propósito de estabelecer objetivos e aprendizado sobre o assunto em pauta.

A metodologia aplicada ao estudo foi em forma de pesquisa bibliográfica e de campo, de cunho qualitativo; e proporcionou uma forma de delimitação que não interferiu na amplitude que pode ser incorporada as realidades educacionais diferentes das que foram pesquisadas. Ainda com relação aos métodos da pesquisa, afirma-se que as entrevistas abriram leques de experiências incríveis, pois o contato do pesquisador com o sujeito da pesquisa é direto, portanto, pode-se analisar aspectos que vão além dos dados contidos nas respostas dos questionários.

Para as professoras entrevistadas, o referido tema tem uma importante contribuição para nortear educandos e educadores sobre o andamento do ensino nas escolas do campo, levando em consideração toda a trajetória do ensino rural no Brasil, que é de suma importância para a compreensão do ensino nos dias atuais. A importância do estudo é de grande valia pois reflete as experiências e expectativas de dois docentes, com semelhanças quanto ao tempo de serviço, idade, formação acadêmica, esfera administrativa e série em que atua, reafirmando o olhar sobre o fato pesquisado, embora possa existir algumas divergência de pensamentos. As entrevistadas relatam que a escola em que trabalham é de difícil acesso e não existe um transporte adequado para que se faça o deslocamento, o que dificulta a chegada de materiais e recursos que possam vir a ser usados para o melhoramento das aulas, tendo em vista que muitos alunos ajudam os pais na lavoura e sempre se ausentam da escola para isso.

Outro ponto bastante ressaltado pelas profissionais é a falta de participação dos pais na educação dos filhos o que dificulta ainda mais o aprendizado, levando em consideração que muitos alunos se encontram distorcidos em relação a idade/série. As referidas professoras também disseram que sentem bastante dificuldade em relação a adaptação de metodologias e do currículo para o ensino do campo, já que estes geralmente são pensados somente para alunos da zona urbana, distoando completamente da realidade de quem vive em uma comunidade rural.

Assim, as Dificuldades da Educação Básica do Campo, também fundamentadas com seus aspectos legais trás ao educador formas de consolidar e

ampliar saberes no âmbito desta modalidade de ensino, para que possa aplicá-los de acordo com o que a legislação educacional brasileira preconiza.

Portanto, ao observar todo o desenvolvimento do estudo, constata-se que verificar os procedimentos metodológicos adotados na Educação do campo é uma atividade muito complexa, pois analisar qualquer procedimento metodológico sem fazer comparativos ou relacioná-los às nossas experiências e procedimentos pessoais é muito difícil, no entanto, o que se percebe é que boa parte das recomendações disponíveis na LDBEN não são levadas em consideração pelo poder público e pelos professores na hora de elaborar seus planos de curso, ensino e no planejamento de suas aulas, pois muitas dessas recomendações esbarram na falta de estrutura da escola, o que reforça a ideia de que a Educação do Campo no Brasil, ainda tem muito o que avançar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Monica Castangna. (Org.) **Por uma Educação no Campo**. 5. Ed. Petropolis, RJ, Vozes, 2011.

BRASIL, **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**. Ministerio da Educação, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministerio da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Educação Básica**. Diretrizes Curriculares, Brasília, DF, 2013

BRAZ, Terezinha Pereira. **O Financiamento do Ensino Médio da Rede Estadual do Mato Grosso do Sul** (1996-2006) 1998. 307 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo 2008.

EGAMI, Cintia Yumiko ET AL. **Panorama das Políticas Públicas do Transporte Escolar Rural. Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes** – CEFTRU. Universidade de Brasília – UNB Campus Universitário Darcy Ribeiro – Caixa Postal 04516 – CEP: 70.919 – 970 – Brasília (DF)

GHEDIN, Evandro. **Educação do Campo: epistemologia e práticas** / Evandro Ghedin (organizador). – 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2012

GONÇALVES, Gustavo B. ; ANTUNES ROCHA, Maria Isabel; RIBEIRO, Vândiner. **Programa Escola Ativa: um pacote educacional ou uma possibilidade...**

GONÇALVES, Gustavo B. Programa **Escola Ativa: educação do campo e trabalho docente**. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROCHA, Maria Isabel Antunes, MARTINS, Aracy Alves. (Org.) **Educação do Campo: Desafios para a formação de professores**. 2 Ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo)

ROLIM, Marcos. **Crônicas.Assistência Social e Assistencialismo**. Disponível em: <http://www.wrolim.com.br/cronic5.htm>. Acesso em: 06/05/2019.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1999. (Coleção educação contemporânea) LIVRO EM PDF.

SILVA, Marineide de Oliveira. A Escola Rural Sob o Olhar de Autores Mato-grossenses. In: **VII Congresso Brasileiro de Historia da Educação – Circuitos e Fronteiras da Historia da Educação no Brasil**; UFMT, 2013: Cuiabá – MT. Disponível em: <http://www.ufmt.br/portal/verbo/verbo.asp?verbo=1&verbo=1> acesso: 30/12/2019

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes 2006.

APÊNDICES



CENTRO DE ESTUDO SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Este questionário será utilizado exclusivamente para fins acadêmicos, visto ser parte integrante do TCC do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba- FAI. Assim, seus dados serão preservados em sigilo.

TEMA: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA EMEF. ITAPACURÁ GRANDE II.

Questionário para o professor

Sexo: _____ Idade: _____
 Graduação: _____
 Pos- Graduação: _____
 Há quanto tempo trabalha na educação _____
 Há quantos anos trabalha nesta escola _____
 Já trabalhou em outra instituição educacional _____

1- Quais são as dificuldades que incidem em desafios na educação do campo:

2- Quais são os benefícios desta modalidade para sua comunidade:

3- Nesta escola existem turmas multisseriadas: Como funcionam.

4- Quais metodologias são utilizadas para o ensino aprendizagem do aluno do campo:

5- Como é planejada a adaptação curricular em sua escola:

6- Trace o perfil do aluno do campo.

7- Os pais contribuem para a educação de seus filhos: Fale sobre.

8- A escola desenvolve atividades coletivas para a socialização dos alunos: Como:



CENTRO DE ESTUDO SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____, declaro que fui informado (a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada e que pude esclarecer minhas dúvidas. Tenho conhecimento de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e de interromper minha participação se assim o desejar.

No caso de quaisquer dúvidas ou questionamentos você poderá contatar o pesquisador principal desta pesquisa, Mayara Tamires Fernandes pelo telefone (93)991091667 ou pelo e-mail: tamiresmay@gmail.com.

Declaro que concordo em participar desse estudo e que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

ITAITUBA, ____ de _____ de 20____.

Participante

Pesquisador (a)

